



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

AVISO DE DISPENSA
DISPENSA Nº 005/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005.012.220124

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Maribondo/AL, realizará Dispensa, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto Municipal nº 02, de 2024, e demais legislações aplicáveis.

DATA DO ENVIO DOS DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇOS: 15/03/2024 DAS 08:00 horas à 21/03/2024 ATÉ SEGUINTE HORÁRIO 08:00 horas.

LOCAL DE ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: <https://bnccompras.com/>.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1 O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação por dispensa de licitação de empresa para o serviço de buffet, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2 A contratação será dividida em itens conforme tabela constante abaixo.

OBJETO:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Lanche: (por pessoa) Bebidas: suco de frutas naturais (2 tipos), refrigerantes normal e light e dietético (3 tipos). Comidas: 5 (cinco) tipos de variedades de salgados, 3 (três) tipos de bolos, 2 (dois) tipos de tortas salgadas, 3 (três) tipos de outras opções. Serviço de apoio: toalhas, talheres, xícaras, pratos, copos, jarras, guardanapos, arranjos decorativos e pessoas para servir.	UND	1.500	R\$ 16,85	R\$ 25.275,00
02	Coffee break: (por pessoa) Bebidas: chocolate quente, café, suco de frutas naturais (2 tipos), refrigerantes normal e light e dietético (3 tipos). Comidas: 5 (cinco) tipos de variedades de salgados, 3 (três) tipos de bolos. Serviço de apoio: toalhas, talheres, xícaras, pratos, copos, jarras, guardanapos, arranjos decorativos e pessoas para servir.	UND	1.500	R\$ 32,41	R\$ 32.410,00

1.3. Havendo mais itens ou lotes, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

1.4. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.5. Prazo de fornecimento será conforme o termo de referência.

1.6. Prazo do Contrato: da assinatura do contrato até 31/12/2024.

2. DA PARTICIPAÇÃO DA DISPENSA

2.1 Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.1.2. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.1.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.1.4. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista 2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2. Aplica-se o disposto na alínea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.1. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.2.2. sociedades cooperativas.

3. DA PARTICIPAÇÃO DA DISPENSA

3.1. Será realizada análise das propostas classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

3.2. O resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa.

3.3. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

3.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:

a) contiver vícios insanáveis;

b) não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

c) apresentar preços inexecutáveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

- d)** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e)** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- f)** Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexecutável a proposta de preços que for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado.
- g)** acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;
- h)** apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- i)** Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- j)** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço. 24 de Agosto de 1962
- k)** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- l)** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime;
- m)** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

4. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação deverão ser anexados no sistema <https://bnccompras.com/>.

4.1.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

c) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

4.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

4.1.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

4.1.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

4.1.5. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação;

4.1.6. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação;



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

4.1.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado

(a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e

(b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

4.1.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

4.1.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

4.1.10. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação ;

4.1.11. Os documentos exigidos para habilitação na presente contratação é constante na relação abaixo:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - Cartão CNPJ;

b) Contrato Social em vigor (Consolidado), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; exigindo-se, no caso de sociedade por ações, documentos de eleição de seus administradores; Estatuto Social devidamente registrado acompanhado a última ata de eleição de seus dirigentes devidamente registrados em se tratando de sociedades civis com ou sem fins lucrativos. Quando se tratar de empresa pública será apresentado cópia das leis que a instituiu; Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – MEI;

c) Regularidade para com a Fazenda Federal - Certidão Conjunta Negativa De Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

d) Certidão Regularidade junto à Secretaria de Estado da Fazenda Pública Estadual;

e) Certidão Negativa de Débito do Município Sede da Empresa (CND Municipal);

f) Certidão Negativa de Débitos junto ao FGTS;

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

h) Cópia da Cédula de Identidade dos sócios da empresa ou dos representantes das entidades (RG);

5. DA CONTRATAÇÃO

5.1. Após a homologação e adjudicação e/ou Ratificação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

5.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada e aceita pela Administração.

5.3. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

5.4. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

5.5. O prazo de vigência da contratação é de 01 ano conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

5.6. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

6. DAS SANÇÕES

6.1. As Sanções pelo inadimplemento parcial ou total do contrato encontram-se descritos no Termo de Referência e na Minuta do Contrato.



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1 O procedimento será divulgado **no site da Prefeitura e diário oficial dos municípios de Alagoas – AMA e no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP.**

7.2 O procedimento será julgado pelo Setor de Compras do Município de MARIBONDO/AL, assim como os documentos de habilitação das empresas participantes que enviarem as documentações para o e-mail do setor responsável;

7.3 No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

a) republicar o presente aviso com uma nova data;

b) valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

7.4. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso;

7.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da análise dos documentos, será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

7.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento observarão o horário de Brasília-DF;

7.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

7.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

7.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

Maribondo-AL, 13 de Março de 2024.

Reconstruindo para todos!

Elisangela Belarmino de Melo Nunes
Secretária de Assistência Social
Portaria: 313/2021



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIBONDO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ: 01.986.133/0001-41



OFÍCIO SEMAS Nº 019/2024

Maribondo - AL, 22 de janeiro de 2024.

A Exma. Sr^a.

LEOPOLDINA MARIA DE OLIVEIRA AMORIM

Prefeita do Município de Maribondo

Assunto: SOLICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA EM BUFFET PARA EVENTOS REALIZADOS POR ESTÁ SECRETARIA.

Senhora Prefeita,

Objetivando atender as necessidades desta Secretaria, solicitamos de Vossa Excelência autorização para que seja providenciada pelo setor competente a contratação de uma empresa especializada em BUFFET, destinados aos serviços ofertados por esta secretaria e os referidos equipamentos: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo – SCFV, Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS e o Programa Primeira Infância - Criança Feliz, deste município.

Informamos que a referida contratação servirá para atender os eventos que serão realizados nos meses de fevereiro, março e abril de 2024, sendo: CARNACRAS, PÁSCOA SOCIAL e a campanha de combate ao BULLING e a campanha de ALIENAÇÃO PARENTAL que serão realizados nas unidades de Maribondo e do Povoado da Mata Verde.

As despesas poderão ser empenhadas pelas seguintes funcionais programáticas:

- **08.122.0001.6012 – Manutenção das ações da Secretaria Municipal de Assistência Social;**
- **08.244.0003.6002 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social;**
- **08.244.0003.6025 – Bloco de Proteção Social Básica – PSB;**
- **08.244.0003.6027 – Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único - IGDBF;**
- **08.244.0003.6028 – Bloco da Gestão do SUAS – IGD/SUAS;**
- **08.244.0003.6.045 – Bloco de Proteção Social Especial – PSE.**

Sem mais, renovo votos de consideração e apreço.

Respeitosamente,

ELISANGELA BELARMINO DE MELO NUNES

Secretária Municipal de Assistência Social

Portaria nº 313/2021



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIBONDO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ: 01.986.133/0001-41



DFD – DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

DADOS DO SETOR REQUISITANTE
Setor Requisitante: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
E-mail: ASOCIAL.MARIBONDO@GMAIL.COM
Telefone: 82 99637-6176
Responsável pela Demanda: ELISANGELA BELARMINO DE MELO NUNES
OBJETO
<input checked="" type="checkbox"/> (x) Serviço não continuado <input type="checkbox"/> () Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra <input type="checkbox"/> () Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra <input type="checkbox"/> () Material de consumo <input type="checkbox"/> () Material permanente / equipamento <input type="checkbox"/> () Contratação Profissional do Setor de Buffet
FORMA DE CONTRATAÇÃO SUGERIDA
<input type="checkbox"/> () Pregão (especificar se Pregão próprio ou como partícipe em Pregão de outro Órgão, com o uso do SRP) <input checked="" type="checkbox"/> (x) Dispensa de Licitação - Lei 14.133/2021 <input type="checkbox"/> () Adesão à IRP de outro Órgão <input type="checkbox"/> () Inexigibilidade de Licitação, Art. 74, II a Lei 14.133/2021

DADOS DO SERVIÇO
1. Justificativa da necessidade da contratação de serviço, considerando o Planejamento Estratégico, se for o caso. <p>A contratação de uma empresa especializada em BUFFET, para eventos realizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, é de fundamental importância para a execução das atividades do SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos) das unidades de Maribondo e Mata Verde para o público assistidos: crianças, adolescentes, jovens e aos pais atendidos pelo CRAS (Centro de</p>



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIBONDO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ: 01.986.133/0001-41



Referência de Assistência Social), CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) e das atividades do Programa Primeira Infância - Criança Feliz, direcionadas às famílias atendidas dos referidos programas.

Informamos que a referida contratação servirá para atender os eventos que serão realizados nos meses de fevereiro e março de 2024, sendo estes: CARNACRAS, PÁSCOA SOCIAL e a campanha de combate ao BULLING e a campanha de ALIENAÇÃO PARENTAL que serão realizados nas unidades de Maribondo e do Povoado da Mata Verde.

2. serviço a ser contratado

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de buffet, a serem executados conforme relação abaixo nas especificações dos serviços: **Lanche: (por pessoa)**, Bebidas: suco de frutas naturais (2 tipos), refrigerantes normal e light e dietético (3 tipos). Comidas: 5 (cinco) tipos de variedades de salgados, 3 (três) tipos de bolos, 2 (dois) tipos de tortas salgadas, 3 (três) tipos de outras opções. Serviço de apoio: toalhas, talheres, xícaras, pratos, copos, jarras, guardanapos, arranjos decorativos e pessoas para servir. **Coffee break: (por pessoa)**, Bebidas: chocolate quente, café, suco de frutas naturais (2 tipos), refrigerantes normal e light e dietético (3 tipos). Comidas: 5 (cinco) tipos de variedades de salgados, 3 (três) tipos de bolos. Serviço de apoio: toalhas, talheres, xícaras, pratos, copos, jarras, guardanapos, arranjos decorativos e pessoas para servir.

3. Previsão de data em que deve ser assinado o instrumento contratual

Até 09/02/2024

4. Indicação do(s) Integrante(s) da Equipe de Planejamento

Ewerton Alan Ferreira Demétrio

Anderson Bonfim da Silva

5. Valor Estimado

R\$ 39.000,00 (Trinta e nove mil)

ELISANGELA BELARMINO DE MELO NUNES

Secretária Municipal de Assistência Social

Portaria nº 313/2021



TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO:

O presente Termo de Referência tem por escopo descrever os itens, especificações técnicas, quantitativos e demais condições gerais de atendimento, a fim de permitir a **CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA EM BUFFET**.

2. DO OBJETO

O presente termo tem por objetivo a contratação de uma empresa especializada em BUFFET, para eventos realizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, destinada para a campanha de conscientização e combate a gravidez na adolescência em fevereiro, Páscoa Social em março, campanha de combate ao Bulling e a campanha de Alienação Parental no mês de abril a serem ofertadas para os usuários assistidos: crianças, adolescentes, jovens e pais dos serviços ofertados pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV) nas unidades de Maribondo e Mata Verde, como também para as crianças assistidas do Programa Primeira Infância - Criança Feliz, deste município.

3. DA JUSTIFICATIVA

A contratação de uma empresa especializada em BUFFET, para eventos realizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, é de fundamental importância para a execução das atividades do SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos) das unidades de Maribondo e Mata Verde para o público assistidos: crianças, adolescentes, jovens e aos pais atendidos pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) e das atividades do Programa Primeira Infância - Criança Feliz, direcionadas às famílias atendidas dos referidos programas.

Informamos que a referida contratação servirá para atender os eventos que serão realizados nos meses de fevereiro e março de 2024, sendo estes: CARNACRAS, PÁSCOA SOCIAL e a campanha de combate ao BULLING e a campanha de ALIENAÇÃO PARENTAL que serão realizados nas unidades de Maribondo e do Povoado da Mata Verde.

4. DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A empresa contratada deverá fornecer conforme relação abaixo nas especificações dos serviços:



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIBONDO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ: 01.986.133/0001-41



ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND.	QUANT.
01	Lanche: (por pessoa) Bebidas: suco de frutas naturais (2 tipos), refrigerantes normal e light e dietético (3 tipos). Comidas: 5 (cincos) tipos de variedades de salgados, 3 (três) tipos de bolos, 2 (dois) tipos de tortas salgadas, 3 (três) tipos de outras opções. Serviço de apoio: toalhas, talheres, xícaras, pratos, copos, jarras, guardanapos, arranjos decorativos e pessoas para servir.	UND.	1.500
02	Coffee break: (por pessoa) Bebidas: chocolate quente, café, suco de frutas naturais (2 tipos), refrigerantes normal e light e dietético (3 tipos). Comidas: 5 (cincos) tipos de variedades de salgados, 3 (três) tipos de bolos. Serviço de apoio: toalhas, talheres, xícaras, pratos, copos, jarras, guardanapos, arranjos decorativos e pessoas para servir.	UND.	1.000

5. FORMA DE COTAÇÃO

O preço dos serviços a serem apresentados deverá estar em conformidade com a descrição apresentada neste termo de referência.

6. RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIBONDO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ: 01.986.133/0001-41



O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF. Serão exigidos ainda as certidões negativas de débitos junto às receitas estaduais e municipais de origem da empresa contratada

7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mediante apresentação de Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s), pela CONTRATADA, contendo o detalhamento dos produtos efetivamente entregues.

O pagamento será efetuado, por meio de Ordem Bancária para a conta corrente da CONTRATADA, no banco e respectiva agência constante em sua proposta, e após o atesto da Nota Fiscal pelo Gestor/Fiscal do contrato, ou por outro Servidor competente, de acordo com o art. 64 da Lei nº 4.320/64.

O pagamento será efetivado após a verificação da regularidade fiscal e com a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Apresentação de Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s);
- b) Certificado de regularidade - FGTS demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), demonstrando a



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIBONDO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ: 01.986.133/0001-41



inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011;

- d) Certidões Negativas de Débitos junto as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio sede da empresa/pessoa física.

A apresentação de Nota Fiscal com incorreções ou desacompanhada da documentação requerida no parágrafo anterior, implicará na sua devolução à CONTRATADA para regularização, devendo o prazo de pagamento ser contado a partir da data de sua reapresentação

O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data do atesto da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios.

Considera-se para efeito de pagamento o dia da entrega da Ordem Bancária na unidade bancária.

Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, na falta de atesto pelo Gestor/Fiscal do contrato ou de outro servidor competente, em relação ao cumprimento do objeto deste Termo de Referência, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes para o objeto deste serviço correrão por conta dos recursos consignados no município de Maribondo/AL.

Para fazer face às despesas, será emitida Nota de Empenho pela Coordenação de Contabilidade sempre que ocorrer contratações.

9. CRITÉRIO DE JUGAMENTO DAS PROPOSTAS

Para critério de julgamento da proposta, será adotada **“MENOR PREÇO POR ITEM” conforme sumula TCU 247.**

Maribondo - AL, 22 de janeiro de 2024.

ELISANGELA BELARMINO DE MELO NUNES
Secretária Municipal de Assistência Social
Portaria nº 313/2021

CONTRATO XX/2024
Nº PROCESSO: 005.012.220124

TERMO DE CONTRATO Nº X X /XXXX PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O SERVIÇO DE BUFFET, EM ATENDIMENTO A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MARIBONDO/AL, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIBONDO/AL E A PESSOA JURÍDICA XXXXXXXXXXXXXXXXXX, NA FORMA AJUSTADA.

O MUNICÍPIO DE MARIBONDO, inscrito no CNPJ nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede na rua XXXXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representado pelo sr(a) XXXXXXXXXXXXXX, portador da Carteira da Identidade nº XXXXXXXX, expedida pela XXXXX e do CPF nº XXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado à Rua XXXXXXXXXXXXXX, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa XXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o número XXXXXXXXXXXX, sediada na XXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada pelo Sr(a) XXXXXXXXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade nº XXXXXXXXXXXXXX, expedida pela XXXXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXXXX, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente CONTRATO, decorrente da **DISPENSA ELETRÔNICA Nº 005/2024**, Processo nº **005.012.220124**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, com suas alterações, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.**
1.1. **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O SERVIÇO DE BUFFET EM ATENDIMENTO A DEMANDA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência.**
1.2. Discriminação do objeto:

ITENS	DESCRIÇÃO	UND	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	Lanche: (por pessoa) Bebidas: suco de frutas naturais (2 tipos), refrigerantes normal e light e dietético (3 tipos). Comidas: 5 (cinco) tipos de variedades de salgados, 3 (três) tipos de bolos, 2 (dois) tipos de tortas salgadas, 3 (três) tipos de outras opções. Serviço de apoio: toalhas, talheres, xícaras, pratos, copos, jarras, guardanapos, arranjos decorativos e pessoas para servir.	UND	1500		
02	Coffee break: (por pessoa) Bebidas: chocolate quente, café, suco de frutas naturais (2 tipos), refrigerantes normal e light e dietético (3 tipos).	UND	1000		

	Comidas: 5 (cinco) tipos de variedades de salgados, 3 (três) tipos de bolos. Serviço de apoio: toalhas, talheres, xícaras, pratos, copos, jarras, guardanapos, arranjos decorativos e pessoas para servir.				
--	---	--	--	--	--

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA.

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de __/__/__ e encerramento em 31/12/20__.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO.

3.1 O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ XX.XXX,XX (VALOR NOMINAL).

3.2 O valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA– DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do município, para o exercício de 20__, na classificação abaixo:

Programa de Trabalho:

08.122.0001.6012 - Manutenção das ações da Secretaria Municipal de Assistência Social;

08.244.0003.6002 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social;

08.244.0003.6025 - Bloco de Proteção Social Básica - PSB;

08.244.0003.6027 - Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único - IGDBF;

08.244.0003.6028 - Bloco da Gestão do SUAS - IGD/SUAS;

08.244.0003.6.045 - Bloco de Proteção Social Especial- PSE

Elemento de Despesa:

33.90.39 – Outros Serviços de Pessoa Jurídica.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30º (trigésimo) dia de cada mês, a contar da data de entrega da Nota Fiscal/Fatura e, de acordo com as exigências administrativas em vigor. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura atestada por servidor designado; estar a licitante em situação regular junto a União, Estado e Município de sua Jurisdição, bem como com a justiça do trabalho e o FGTS por ocasião do pagamento; indicação na fatura do nº da conta bancária, nº do banco e agência em que deverá ser efetuado o crédito.

5.2. Os pagamentos serão realizados mediante apresentação de nota fiscal, contendo:

a) Data da emissão;

b) Estar endereçada ao Secretaria Municipal de Assistência Social, situada a Rua Rua José Sapucaia, 01-Centro - CEP 57670-000, sob CNPJ nº: 01.986.133/0001-41

c) Valor unitário;

d) Valor total;

e) Especificação dos produtos

f) Nota Fiscal eletrônica em original ou a nota fiscal/fatura em primeira via original.

5.3. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão os mesmos restituídos à contratada para as correções necessárias.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da

data do orçamento estimado.

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. Os serviços deverão ser prestados de forma indireta, nos locais, condições e especificações constantes neste documento, na forma que segue:

8.2. A execução dos serviços dar-se-á, semanalmente nas dependências das unidades Básicas de Saúde e Centro de Saúde.

8.3. Todos os serviços serão precedidos de requisição e posterior autorização através de uma Ordem de Serviço, solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde de Maribondo- AL.

8.4. Depois de autorizado o serviço pela Secretaria através da expedição da Ordem Serviços, será iniciado o serviço conforme horário e dia estabelecido na ordem de execução de serviços.

9. CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada pela senhora Elisangela Belarmino de Melo Nunes designada pela CONTRATANTE, na forma estabelecida neste Contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES

10.1. A CONTRATADA:

10.1.1. Deverá também dispor, quando da prestação dos serviços, de ferramental e instrumental técnico compatível e adequado para realização dos reparos, substituições e testes necessários;

10.1.2. Não transferir a terceiro, por qualquer forma, o presente contrato, nem subcontratar qualquer parte da prestação de serviço a que está obrigada, sem prévio consentimento, por escrito, da Secretaria Municipal de Assistência Social de Maribondo – AL.

10.1.3. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução dos serviços os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, por escrito, com a devida comprovação.

10.2. A CONTRATANTE:

10.2.1. Proporcionar todas as facilidades para que o vencedor possa desempenhar seus serviços dentro das normas do contrato;

10.2.2. Acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, através da indicação de 01 (um) responsável Secretaria Municipal de Saúde de Maribondo – AL;

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

11.1.1. *der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;*

11.1.2. *der causa à inexecução total do contrato;*

11.1.3. *ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;*

11.1.4. *apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;*

11.1.5. *praticar ato fraudulento na execução do contrato;*

11.1.6. *comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;*

11.1.7. *praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.*

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.2.4. Multa: Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1 O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER RESCINDIDO:

12.1.1 *Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos Artigos 137 ao 139 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas.*

12.1.2. *Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.*

12.2. O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTE ASPECTOS, CONFORME O CASO:

12.1.2 *Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;*

12.1.3 *Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;*

12.1.4 *Indenizações e multas.*

12.3. O atraso superior a 40 dias autoriza a Administração a promover a RESCISÃO do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS VEDAÇÕES

13.1 É VEDADO À CONTRATADA:

13.1.1 *Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;*

13.1.2 *Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.*

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 ao 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

14.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, nos Diários Oficiais e no PNCP, no prazo previsto na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da Justiça Comum Estadual, com sede na Comarca de MARIBONDO, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão oriunda do presente Instrumento Contratual.

17.2. E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, depois de lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente contrato, em duas (02) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de duas (02) testemunhas abaixo assinadas.

MARIBONDO/AL, xx de xxxxxxxx de 20xx

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA